CONCURSO DE INGRESSO, DE PROVAS E TÍTULOS, PARA DELEGAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TABELIONATO E DE REGISTRO DO ESTADO DE MINAS GERAIS.

EDITAL N. 02/2007

RECURSO N. 02.2007.1161015-0

Trata-se de recurso interposto por Beatriz Gagliano de Rezende, inscrição n. **1161015**, em face da decisão de fl. 93 da Comissão Examinadora do Concurso, pela qual a Comissão Examinadora indeferiu **quatro títulos** apresentados pela candidata, quais sejam:

- 1) Exercício do cargo de Advogado Júnior da Petrobrás;
- 2) Exercício de advocacia de 2006 a 2008;
- 3) Aprovação em concurso público para o cargo de Analista Processual do Ministério Público da União;
- 4) Aprovação no concurso público de ingresso nas atividades notariais do Rio de Janeiro.

Quanto ao primeiro item aduz a recorrente que o início do cargo de advogado Júnior na Petrobrás se deu no dia 18 de abril de 2008 e como continua no exercício do cargo ultrapassada a data de 18 de abril de 2010, possuiria, deste modo, mais um ponto neste período de tempo.

No que tange ao segundo item, a recorrente alega que a documentação apresentada refere-se ao exercício de atividades de consultoria, assessoria ou direção jurídicas e que neste item do edital não é exigido certidão de inscrição na OAB e sim documento idôneo que comprovem tais atividades.

Quanto ao terceiro item, a candidata argumenta que foi aprovada em todas as fases do certame, que o concurso em tela, qual seja, analista do Ministério Público da União possui apenas duas fases.

No tocante ao quarto item, a candidata alega que não há previsão expressa da necessidade de homologação do certame no Edital e que não poderia ser cobrado do candidato tal ato. Aduz que apresentou a certidão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro que promoveu o concurso público de ingresso nas atividades notariais do Rio de Janeiro.

É o sintético relatório.

Razão não assiste a recorrente, como restará demonstrado a seguir:

No primeiro item a recorrente alega que teria direito a mais um ponto por ter exercido o cargo de Advogado Júnior da Petrobrás até abril de 2010. Entretanto, a data limite de obtenção de títulos é 14/04/09, data da re-ratificação do edital, como dispõe o subitem 1.3, do Capítulo VI, que cuida da prova de títulos.

No que tange ao segundo item, a recorrente alega que os documentos juntados, quais sejam, cópias de peças processuais, termos de audiência e petições não tem o condão de comprovar a atuação como consultoria, assessoria e sim direção jurídicas. Os documentos

juntados sugerem que a candidata é advogada militante, o que deve ser comprovado por certidões das secretarias de juízo em que atuar, como dispõe o edital.

Nos demais itens os títulos foram indeferidos em razão da ausência da data de homologação do certame, conforme exigência do item 2 do Capítulo VI do Edital que determina que a forma de comprovação dos títulos referentes a aprovação em concurso público para cargos das carreiras jurídicas ocorre com a juntada de original ou cópia autenticada de certidão da Entidade que tenha promovido o concurso ou de publicação oficial que comprove a aprovação em todas as etapas do processo seletivo, **constando a data da homologação no certame.**

Pelo exposto, mantenho a decisão da Comissão Examinadora e submeto a decisão ao Egrégio Conselho da Magistratura para deliberação final, conforme alínea b do item 1.2 do Capítulo IX do Edital n. 02/2007.

Belo Horizonte, 20 de setembro de 2010.